



ENCONTRO REGIONAL,  
SÁBADO, 10h, GUANAMBI



Filiado à

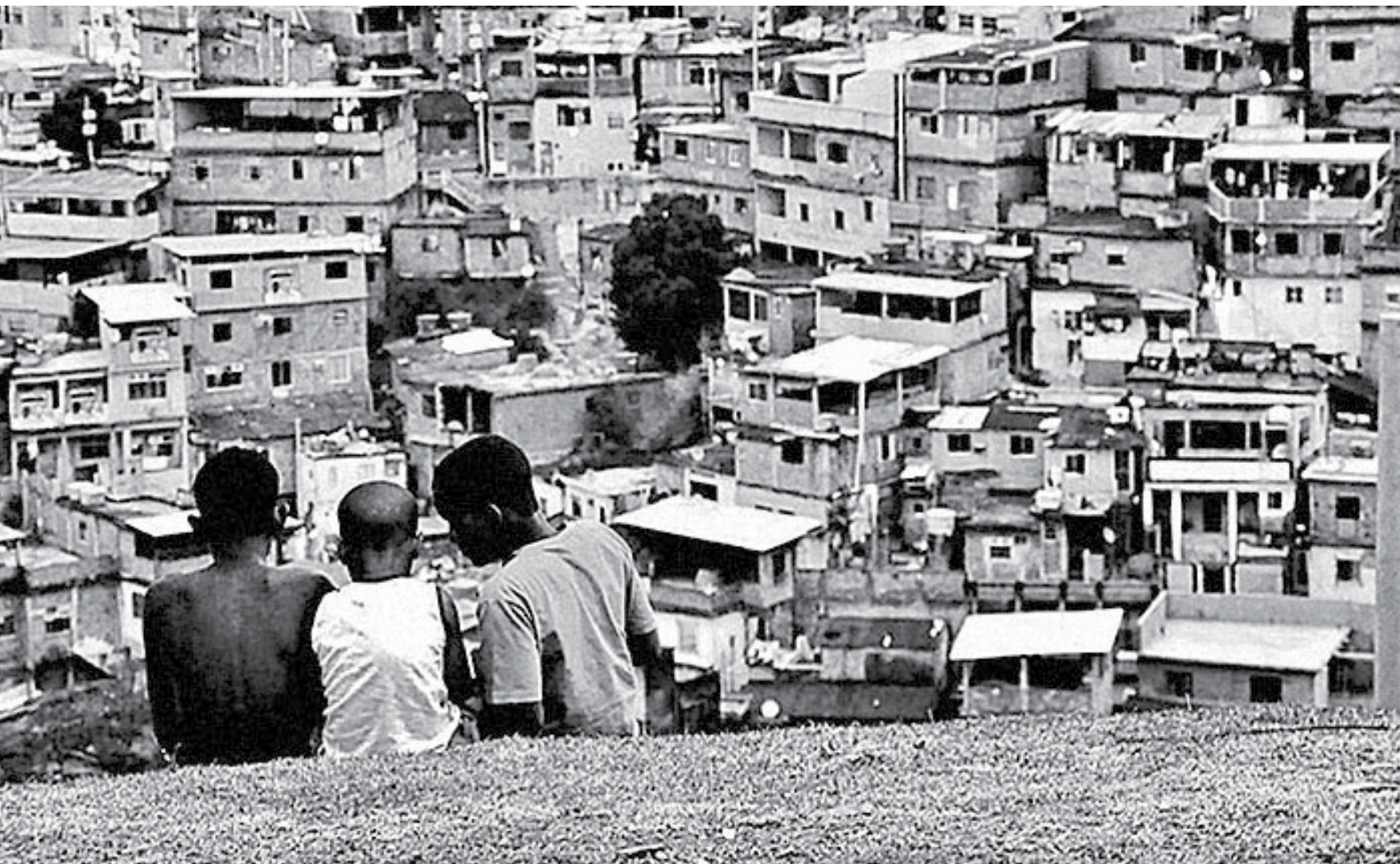


# O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7776 | Salvador, segunda-feira, 30.09.2019

Presidente Augusto Vasconcelos



O desemprego e a pobreza, que voltaram a crescer a partir do governo Temer, tendem a crescer ainda mais com as privatizações de Bolsonaro



PRIVATIZAÇÃO

## O Brasil em liquidação

Além de lucrativas, entre 2002 e 2016 o balanço foi de R\$ 806,6 bilhões, as estatais federais são fundamentais para a redução das desigualdades sociais. Mas, para o governo Bolsonaro, não importa. O que vale mesmo é liquidar o país e jogar milhões de volta à miséria. Página 3





# Parada em Guanambi, sábado

Encontro Regional às 10h. Marque na agenda e participe

ROSE LIMA  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**PARA** o Sindicato dos Bancários da Bahia, é importante sempre estar ao lado da categoria. Saber as questões do dia a dia nas agências, os anseios e as dúvidas. Ao mesmo tempo, fazer um balanço sobre a relação com os bancos e as negociações em andamento. Sempre com uma profunda análise do cenário nacional.

Para dar continuidade ao bate papo, os diretores da entidade desembarcam em Guanambi, sábado. O encontro acontece no 14 Bis, a partir das 10h. Se programe para não perder. Estar ao lado do Sindicato em um momento de ataques aos direitos dos trabalhadores é fundamental.

Quinze dias depois, em 19 de outubro, a parada será em Lençóis, onde acontece o Encontro Regional da Chapada Diamantina. O horário e o local estão definidos: das 9h às 14h, na Associação Ecoviva. Tudo para que o bancário possa se programar direitinho.

A atividade é importante, sobretudo diante da atual conjuntura de retrocessos e retiradas de direitos sociais e traba-

listas. É preciso conscientizar os bancários sobre a necessidade de fortalecimento do Sindicato e do movimento.



Como em anos anteriores, os bancários da região participam em peso



Governo tenta acabar com convênio das estatais

## O debate é sobre planos de saúde

**DISCUTIR** os prejuízos que as assistências médicas dos trabalhadores de estatais estão enfrentando e o fortalecimento das entidades representativas. Estes foram os objetivos do 2º Seminário em Defesa dos Planos de Saúde de Autogestão das Estatais.

Os participantes ressaltaram que a Saúde Suplementar é um importante pilar de sustentação do sistema nacional de saúde. Como os recursos são mais direcionados para atenção à saúde, a gestão fica mais perto do beneficiário, o que gera maior transparência e menos custo para os usuários.

Sobre as resoluções 22 e 23 da CGPAR, os participantes destacaram que a intenção do governo é acabar com os convênios ao encarecer os programas de saúde. Por isso, é importante ampliar o apoio ao PDC 956/18, da deputada federal Erika Kokay (PT/DF).

## Empregados cobram transparência

**PARA** cobrar transparência e explicações sobre os números do Saúde Caixa lançados no balanço relativo ao primeiro semestre de 2019, foi enviada carta ofício à Gerência Nacional de Plano de Saúde da Caixa.

O foco da cobrança são os registros referentes à Reserva Técnica e ao Fundo de Reserva de Contingência do convênio, pois não foram fornecidos os relatórios gerenciais que serviram de base para os lançamentos. Nos

documentos, deveriam conter todo o histórico, mês a mês, das entradas e saídas e da remuneração dos saldos desde a implantação do modelo de custeio vigente até o atual.

Apesar de os dados do banco apontarem que, desde 2016, a assistência médica é supravariável nos moldes atuais, a instituição financeira insiste em recusar explicação sobre o que acontece para divulgar balanços incompletos e incompreensíveis aos participantes.



Nem mesmo os recém-nascidos têm a garantia de ter as vacinas em dia, com cortes do governo

## Distribuição de vacinas comprometida

**O SUS** (Sistema Único de Saúde) - que era referência em todo o mundo - agoniza e as perspectivas para o futuro são péssimas. O governo Bolsonaro quer reduzir em mais 7% a verba para a compra e distribuição de vacinas pelo SUS.

A redução prevista no projeto de lei Orçamentária 2020 é de R\$ 400 milhões. A pro-

posta, no entanto, precisa passar pelo Congresso Nacional. Neste ano, a saúde sentiu um tremendo baque com o corte de recursos.

Foram destinados apenas R\$ 122,2 bilhões. Redução que também comprometeu a distribuição de vacinas. É o caso da Polivalente, que protege contra a difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e meningite.



## Linha de crédito para PCDs é fundamental

UM dos maiores desafios dos bancos públicos é justamente adequar o sistema de atendimento para pessoas com deficiência, investindo e garantindo políticas que promovam a igualdade.

Dessa forma, cumprem uma das razões da sua existência: executar políticas sociais que assegurem bens e serviços de tecnologia assistiva para melhorar a qualidade de vida do público PCD através da linha de financiamento.

Um exemplo disso é o Cré-

dito Acessibilidade, destinado a clientes do BB, com limite de crédito disponível e renda mensal de até 10 salários mínimos.

Apesar de atender cerca de 73 mil pessoas com deficiência, o programa ainda não é o suficiente para suprir a demanda do país, que chega a 6,7% da população brasileira.

O que pode modificar essa realidade é o aumento da área social dos bancos públicos, uma necessidade cada vez mais gritante diante do atual cenário.

Linha de crédito especial, oferecida pelos bancos públicos, é essencial à inclusão de PCDs



## Juventude debate conjuntura e futuro do trabalho bancário

AS dificuldades da conjuntura brasileira têm reflexo direto no mundo do trabalho. Para discutir o futuro do emprego bancário, jovens que integram a categoria se reúnem no 7º Encontro da Juventude Bancária da Bahia e Sergipe, que acontece 26 e 27 de outubro, no hotel Águas Claras Beach Resort, em Saubara.

Os bancários da base do Sindicato dos Bancários da Bahia têm até o dia 15 de outubro para realizar a inscrição no evento. Basta enviar e-mail para [presidencia@bancariosbahia.org.br](mailto:presidencia@bancariosbahia.org.br), com nome completo, banco, agência, idade e

telefone com Whatsapp. As vagas são limitadas.

No sábado, às 9h, tem a abertura do evento. Do primeiro bloco *Pra onde caminha a humanidade?* participam o presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Altamiro Borges; a presidenta da UJS, Carina Vitral; e o secretário-geral da Federação dos Bancários, Emanuel Souza.

Após o almoço, entra em cena o segundo bloco *Qual o futuro do trabalho nos bancos?* Falam sobre o assunto o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos; o presidente da Feeb, Hermelino Neto; e a secretária da Juventude Trabalhadora da CTB, Luiza Bezerra.

Os grupos de trabalho começam às 16h.



Encontro reúne bancários da Bahia e de Sergipe



## Capital privado é quem ganha

Empresas querem meter a mão nas estatais federais

FABIANA PACHECO  
imprensa@bancariosbahia.org.br

AS empresas públicas são peças fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Também podem ser muito competitivas. Por isso, incomodam o grande capital privado. É o caso do sistema financeiro. Há muito tempo que os bancos querem meter a “mão” no FGTS, administrado pela Caixa, e na Previdência.

Embora o principal objetivo das empresas públicas não seja o lucro, o fato é que geram cifras muito expressivas. Para ser ter ideia, o resultado das cinco maiores estatais federais chegou a R\$ 806,6 bilhões entre 2002 e 2016. Boa parte do dinheiro - R\$ 285 bilhões - foi distribuído em dividendos ao governo federal e revertido em investimentos para o país.

Exemplos têm de sobra. É o caso dos bancos públicos, que nos últimos anos viram o lucro líquido crescer e são os maiores financiadores da habitação popular, saneamento básico, infraestrutura, educação e crédito agrícola. Programas que ajudaram a reduzir as desigualdades sociais e tirar milhões de pessoas da pobreza.

Agora, tudo isso está em risco, com a ameaça de privatização das estatais. Vender as empresas é abrir mão da soberania nacional e jogar milhões de pessoas, que dependem dos investimentos do Estado, na miséria total. Não é a toa que as grandes nações são tão protecionistas.

O conjunto de empresas públicas nos países da OCDE, como Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Suécia - que passam longe da definição de ‘país atrasado’ - alcançou valor superior a US\$ 2 trilhões, empregando mais de 6 milhões de pessoas. Portanto, não tem como serem prejudiciais ao desenvolvimento.



# Milhões podem perder o PIS

Mudança da regra exclui 23,4 milhões de trabalhadores

REDAÇÃO  
imprensa@bancariosbahia.org.br

A REFORMA da Previdência do governo Bolsonaro, prevista para ir à votação no Senado quarta-feira, é cruel demais com os trabalhadores. Além de aumentar a idade mínima para aposentadoria, a proposta retira

o pagamento do PIS/Pasep de quem trabalhou com registro formal no ano-base anterior por, pelo menos, 30 dias.

Com isso, 23,4 milhões de trabalhadores deixarão de receber o abono, ou seja, 91,5% do total, segundo dados do site especializado Trabalho Hoje. Pela regra atual, têm direito ao benefício quem ganhou até dois pisos nacionais e está inscrito no PIS/Pasep há, no mínimo, cinco anos.

Atualmente, os valores que cada um tem a sacar depende

do número de meses trabalhados formalmente ano-base e pode ficar entre R\$ 84,00 e R\$ 998,00. A Caixa paga o abono a

trabalhadores da iniciativa privada e o Banco do Brasil libera o Pasep a servidores e funcionários de empresas públicas.



JOÃO UBALDO

Com a escassez de trabalho com carteira assinada, o jeito é fazer bico

## Sem emprego formal, a informalidade dispara

A FALTA de oportunidade para os brasileiros no mercado de trabalho chegou ao limite. Os trabalhadores estão cansados de correr atrás de vento, em busca por um emprego que garanta o salário no fim do mês e se deparando com migalhas que não dão condições de pagar nem o alimento da semana inteira.

Não é a toa que o total de pessoas desalentadas (que desistiram de procurar emprego) já chegou a 4,7 milhões. Mas, ficar de braços cruzados esperando que o cenário mude também não é uma opção para os brasileiros, que, na ausência de uma oportunidade digna, recorrem ao mercado informal, fonte de renda atual para 41,4% do total da população ocupada no país, o maior nível

desde 2016.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos 684 mil novos postos de trabalho criados no trimestre findado em agosto, 87,1% foram informais. Isso significa que 11,8 milhões de pessoas trabalham sem carteira assinada e 24,3 milhões por conta própria (sem CNPJ). Sem contar aqueles sem remuneração, que ajudam em negócios de família sem receber salário.

A realidade é tão preocupante que cerca de 12,6 milhões de pessoas continuam desempregadas. Para piorar, os números ainda refletem na Previdência Social. No fim de agosto, apenas 62,4% dos trabalhadores contribuíram com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

### SAQUE

Rogaciano Medeiros

**DIFÍCIL** Simplesmente uma imoralidade que chama atenção do mundo todo. Ao suspender a sessão que estava 6x3 em favor de um entendimento que pode levar a anulação de todas as decisões da Lava Jato e ainda defender a “aplicação limitada”, Dias Toffoli põe o STF fora da lei. Logo ele, o presidente, que deveria dar o exemplo e impedir excepcionalidades.

**BARBARIDADE** A proposta do presidente do STF, Dias Toffoli, de “aplicação limitada” na anulação das sentenças da Lava Jato, confere ao Supremo Tribunal Federal o privilégio de selecionar os processos a serem anulados. Uma barbaridade que nega o princípio de Justiça. Atitude que contraria frontalmente o Estado democrático de direito e só favorece o neofascismo. Vergonhoso.

**REFÉM** Se confirmada pelo STF a aplicação limitada na anulação das sentenças da Lava Jato, a suspensão das condenações de Lula fica completamente refém de arranjos políticos. Perde amparo jurídico. Evidentemente, a intenção é justamente essa. E ainda há quem negue que o ex-presidente seja preso político e que o Brasil vive um regime de exceção. Ignorância ou má fé.

**MINORIA** A votação suspensa por Dias Toffoli, quando estava 6x3 em favor de os delatados falarem depois dos delatores, como manda o princípio legal, revela a desesperadora luta, no STF, pela sobrevivência da Lava Jato. Os três votos contra foram de lavajatistas juramentados como Fachin, Barroso e Fux. Votaram pela legalidade Moraes, Weber, Mendes, Lewandowski, Celso e Cármen.

**FREIO** A expectativa é de que na quarta-feira, na retomada do julgamento, o STF confirme a opção pelo respeito às leis e ponha um freio nos abusos praticados pela Lava Jato, uma operação que já dura quase 6 anos e se constituiu em instrumento legal e político de sustentação ao neofascismo. Está na hora de o Brasil reencontrar o caminho da democracia, para superar as crises política e econômica.